

AValiação DIAGNÓSTICA DO SISTEMA DE APROPRIAÇÃO DE ESCRITA ALFABÉTICA DE ALUNOS DO 1º AO 3º ANO

Bernadete Lazarini de Oliveira¹, Igor Dionne dos Santos Padovan², Gelson Simões Magalhães² e Vanessa da Silva Cupaioli²

¹. Profa. Ms. Alfabetizadora da escola municipal de Novo Horizonte do Norte – MT. Supervisora do Pibid. e-mail: belazarini@gmail.com

². Acadêmico(a) do curso de Pedagogia – Unemat, Juara – MT. Bolsista Pibid.

Resumo: O tema surgiu pela participação no programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que visa alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental de nove anos. O programa trabalha com conteúdos que visam a melhoria e o complemento da prática docente para que sejam refletidas na qualidade da aprendizagem dos alunos. Para obter dados estatísticos dessa aprendizagem, utilizamos de uma avaliação diagnóstica da escrita alfabética e da leitura. O objetivo do diagnóstico é fazer uma avaliação para analisar como o aluno está se apropriando da língua escrita. Nosso objetivo inicial é apresentar os dados dos três diagnósticos realizados nos dois semestres de 2013 com os dois diagnósticos realizados no primeiro semestre de 2014. Por conseguinte, fazer uma análise comparativa desses dados. Fizemos um breve histórico das mudanças ocorridas na educação desde a década de 70, mostrando que era mais que necessário fazer alterações no processo de ensino e aprendizagem na relação professor-aluno. Apresentamos algumas políticas públicas que visam a melhoria da qualidade educacional do nosso país, e que contribuíram para a criação dos direitos de aprendizagem que permeiam toda a ação pedagógica. Com os diagnósticos realizamos a análise quantitativa dos resultados que foram analisadas individualmente por mês e turma. É evidente a partir da análise comparativa das tabelas (por ano) o avanço no desenvolvimento dos alunos na construção do SEA. Portanto, o que vem sendo desenvolvido na escola, tem atingido as metas propostas pelo PNE, tanto que, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola parte de 5.4 em 2011, antes do início do PACTO, para 6.2 no ano de 2013. Vemos através destes dados, o quanto a escola tem avançado no compromisso estabelecido entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Formação Docente; Avaliação Diagnóstica.

DIAGNOSTIC EVALUATION OF ALPHABETIC WRITING SYSTEM OF OWNERSHIP OF STUDENTS OF THE 1ST 3RD YEAR

Abstract: The subject came up the participation in the National Pact program for Literacy in the Middle One (PNAIC), which aims to alphabetize all children until the end of the 3rd year of elementary school nine years. The program works with content designed to improve and complement the teaching practice to be reflected in the quality of student learning. For statistical data of this learning, use of a diagnostic evaluation of alphabetic writing and reading. The purpose of diagnosis is to make an assessment to analyze how the student is appropriating the written language. Our initial goal is to present the data of the three diagnoses in two semesters of 2013 with the two diagnoses made in the first half of 2014. Therefore, a comparative analysis of these data. We made a brief history of the changes in education since the 70s, showing that it was more than necessary to make changes in the process of teaching and learning in teacher-student relationship. Here are some public policies that aim at the improvement of educational quality of our country, and that contributed to the creation of learning rights permeate all pedagogical action. With the diagnostics performed a quantitative analysis of the results were analyzed individually per month class. It is evident from the comparative analysis of the tables (per year) the progress in the development of students in the construction of the SEA. So what is being developed in school, has achieved the goals proposed by PNE, so that the Basic Education Development Index (IDEB) in part School 5.4 in 2011, before the start of PACT, to 6.2 in the year 2013. We see through these data, as the school has advanced in the compromise reached between the Union, the states, the Federal District and the municipalities.

Keywords: Educational Public Policy; Teacher Training; Diagnostic evaluation.

Introdução

Procuramos neste trabalho, coletar e analisar comparativamente os resultados alcançados por alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental com relação

ao Sistema de Apropriação de Escrita Alfabética.

Os dados foram coletados nos diagnósticos realizados pelos professores do 1º, 2º e 3º anos em 2013 e 2014. Tivemos duas atividades principais neste trabalho: a coleta das informações realizadas pelos diagnósticos e a tabulação e análise dos dados. Os diagnósticos foram aplicados pelos professores das turmas de 1º, 2º e 3º anos da Escola Municipal de Novo Horizonte do Norte, nos meses de março, junho e agosto de 2013, e, nos meses de março e junho de 2014. Importante ressaltar, que, concomitante aos diagnósticos, ocorreu o estudo das unidades de formação do Pacto, que abordavam direitos de aprendizagem constantes no diagnóstico.

Consequentemente, tivemos influência destas informações na coleta de dados. A tabulação foi realizada pelos autores deste trabalho, a partir dos diagnósticos, numa abordagem quantitativa de análise do desenvolvimento dos alunos na apropriação do SEA.

Buscamos fazer uma tabulação comparativa dos três diagnósticos já realizados no ano de 2013, com os dois diagnósticos realizados no ano (2014), atendendo a algumas questões referentes ao Sistema de Apropriação da Escrita Alfabética (SEA), que visa alcançar as

metas estabelecidas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), nos três anos de alfabetização.

O Programa PNAIC, visa melhorar a qualidade da educação a nível nacional, os professores dos três primeiros anos cadastrados no censo escolar, são automaticamente inscritos no programa, a partir daí, tem um acompanhamento de todos os professores e de suas respectivas turmas. Essas turmas são avaliadas três vezes ao ano, a partir de diagnósticos comparativos que visam demonstrar os avanços e dificuldades enfrentados pelos alunos durante todo o processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética “não há avaliação se ela não trazer um diagnóstico que contribua para melhorar a aprendizagem.” Luckesi (2005, s/p).

Os dados coletados foram tabulados e os resultados obtidos analisados quantitativamente. Ao realizar o exercício comparativo dos resultados obtidos a partir das avaliações do SEA, procuramos responder a seguinte questão: Quais os avanços na aprendizagem que podem ser verificados por meio das avaliações da apropriação do SEA?

Para fundamentar teoricamente o estudo, apresentamos um breve histórico sobre as tendências pedagógicas que influenciaram nas mudanças ocorridas na educação brasileira a partir da década de 70

do século passado, e que incidiram sobre o processo de alfabetização

Breve histórico das mudanças ocorridas na educação a partir da década de 70

No início da década de 70 com a aprovação da lei 5.692/71, que trata a educação tecnicista e que divide o sistema de ensino em graus, temos uma grande alteração na organização das modalidades de ensino. A educação visava a formação técnica de mão de obra para atender as necessidades da sociedade deste período.

A formação para professor não mais estava a cargo das escolas normais, mas da chamada Habilitação Específica para o Magistério de 2º grau. Com essa formação, o aluno poderia se qualificar para ser professor de 1ª à 4ª séries ou, ainda, fazendo um ano adicional de estudos específicos, ser professor até a 6ª série. Com esta lei houve aumento na quantidade de professores, toda via, a qualidade da educação caiu bastante nesse período.

Na concepção de Reis (2012, p. 282), a década de 1970 e meados da década de 1980 pode ser caracterizada como um ensino reprodutivo pautado na memorização de informações contidas em textos didáticos (cartilhas) sem significado ou incompreensíveis tanto para professores quanto para alunos.

Assim a concepção teórica advinda da psicologia, presente nas cartilhas é uma concepção behaviorista que não considera a capacidade criadora do aluno, limitando assim a aprendizagem. Neste aspecto, a linguagem é distante do contexto histórico no qual a criança está inserida considerando que para que o aprendiz leia basta seguir o enunciado proposto decodificar / codificar palavras limitando assim o aprendiz ao verdadeiro sentido do que é ler. Além disso, tampouco apresenta a origem da escrita ao aluno. (BRAGGIO, 1992, s/p).

Mesmo o professor tendo que seguir na íntegra o que era imposto pelos livros didáticos (cartilhas), ele era visto como o dono da verdade e todos os conceitos contidos nos livros didáticos eram adotados como verdades absolutas, portanto, o conhecimento científico passou a ser visto como pronto e acabado.

Assim o aluno passou a ser um depósito de informações, um ser passivo, que não se reconhece como sujeito de sua aprendizagem. Já o ato de ensinar limitava-se à transmissão de informações que deviam ser memorizadas e reproduzidas. Na análise de Albuquerque:

[...] podemos perceber que se ensinava com base principalmente nas lições presentes nos livros didáticos. Os professores alfabetizadores, no geral, seguiam a cartilha à risca, garantindo que todos os alunos fizessem as mesmas atividades de forma correta (CRUZ e ALBUQUERQUE *in* Brasil, 2012, p. 9).

Já na década 80 começou-se a pensar novas práticas de alfabetização, que vinham substituir os métodos sintéticos e analíticos (que eram trabalhados pelos professores com base nas cartilhas), pelas teorias construtivistas e interacionistas de ensino e da língua.

No campo da alfabetização, os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky sobre a *Psicogênese da Língua Escrita* (Ferreiro & Teberosky, 1984) *Reflexões sobre a alfabetização* (Ferreiro, 1985), influenciaram no desenvolvimento dessas novas práticas de alfabetização.

Estes estudos demonstram que a escrita alfabética não é um código em que, o aluno, teria que codificar e decodificar, como no método analítico e sintético, no qual se aprenderia a partir da repetição e memorização.

As autoras apontam uma nova concepção da língua escrita descoberta por meio de pesquisas, que, no processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), os alunos precisariam entender como esse sistema funciona. Para isso, é fundamental que compreendam o que a escrita representa e como a escrita cria essas representações, ou seja, a escrita nada mais é do que a grafia dos sons emitidos.

[...] Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 11).

A partir da década de 90 o conceito de letramento está incorporado ao um novo conceito de alfabetização, que considera os usos e funções da escrita com base no desenvolvimento de atividades significativas de leitura e escrita na escola.

Mesmo tendo esses novos conceitos de alfabetização, as mudanças nas práticas de ensino da leitura e da escrita, não garantiram um ensino de qualidade, pois, muitos alunos continuaram a concluir o primeiro segmento sem saber ler e escrever.

Os resultados obtidos nas avaliações em larga escala, sejam internacionais (PISA), nacionais (SAEB, Prova Brasil), estaduais ou municipais, têm revelado o baixo desempenho dos nossos alunos na

leitura e confirmam o fracasso da escola em ensiná-los a ler.

Os resultados dos levantamentos do Saeb confirmam os problemas de desempenho escolar do sistema, apontam caminhos que permitem avaliar as políticas educacionais em curso no país e indicam áreas que devem ser consideradas nos investimentos para a melhoria da qualidade do ensino. (BURIASCO e SOARES, 2008, pág. 45)

Com esses resultados começou-se a pensar em políticas públicas que viessem suprir as falhas no âmbito educacional.

Com base em um amplo diagnóstico da educação nacional, vindos das conferências municipais, estaduais e federais, como a Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em 2010, elaborou-se a proposta de um novo Plano Nacional de Educação (PNE), que começou a ser aplicado em 2011 com o objetivo de atingir suas metas até o ano de 2020.

Dentre as suas 20 metas citamos algumas que nos parecem mais relevantes:

- Universalização da educação básica pública, por meio do acesso e permanência na instituição educacional;
- Garantia de padrão de qualidade em todas as instituições de ensino, por meio do domínio de saberes, habilidades e atitudes necessários ao desenvolvimento do cidadão, bem como da oferta dos insumos próprios a cada nível, etapa e modalidade do ensino. (PNE 2011/2020 - BRASIL, 2011).

Destacamos essas metas pela síntese de informação contidas aqui, uma vez que se investe na melhoria da qualidade e universalização da educação. A união tem investido em programas de formação de profissionais, criando mecanismos de acompanhamento do desempenho e frequência escolar, todos esses procedimentos visam o alcance da universalização da educação, que seria os 98% dos alunos de 6 a 14 anos, dentro do ensino fundamental de 9 anos.

O compromisso de se cumprir estas metas é firmado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em regime de colaboração.

Foram criadas estratégias pelo PNE para o cumprimento das metas planejadas para a melhoria da educação no Ensino Fundamental que buscasse superar os problemas relacionados ao aprendizado da leitura, dentre elas temos:

- Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos como forma de garantir que os alunos da rede pública de ensino iniciem o processo formal de alfabetização aos seis anos de idade;
- Definição dos três primeiros anos do Ensino Fundamental como o período destinado à alfabetização
- Investimento na formação continuada de professores, por meio da criação da Rede Nacional de Formação de Professores;
- Desenvolvimento de programas de formação continuada. (PNE 2011/2020 - BRASIL, 2011).

Entre as políticas públicas que começaram a ser pensadas temos: O direito à Educação Básica que é garantido a todos os brasileiros e, segundo prevê a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art. 22).

Desse modo, a escola é obrigatória para as crianças e tem papel relevante em sua formação para agir na sociedade e para participar ativamente das diferentes esferas sociais. A atual legislação do ensino determina que é prioritário o ensino da leitura e da escrita.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de

conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (LDB, nº 9.394/96, Art. 32)

Para atender às exigências previstas nas metas, torna-se necessário delimitar os diferentes conhecimentos e as capacidades básicas que estão subjacentes aos direitos. Nos quadros a seguir, alguns conhecimentos e capacidades estão descritos e podem ser postos como pontos de partida para o estabelecimento do debate.

Nestes quadros são descritos os direitos de aprendizagem dos alunos que

permeiam toda a ação pedagógica. Em seguida, são expostos quadros com conhecimentos e capacidades específicos de cada turma, organizados por eixo de ensino da Língua Portuguesa: Leitura, Produção de textos Escritos, Oralidade, Análise linguística.

O diagnóstico é composto por 11 questões (Tabelas 1-11), para cada questão existe um quadro composto por 3 turmas, 3 meses de 2013 e dois meses de 2014. Usamos as cores vermelhas para os meses de Março, verde para os meses de Junho e azul para os meses de Agosto.

Análise linguística: apropriação do sistema de escrita alfabética

Tabela 1. Escreve o próprio nome.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	06	40	05	30	15	00	27	20	02
JUNHO	30	16	02	39	06	00	39	08	00
AGOSTO	33	13	00	40	06	00	37	11	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	22	25	3	30	14	1	34	8	2
JUNHO	24	24	0	36	8	0	36	5	1

Tabela 2. Reconhece as letras do alfabeto por seus nomes.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	18	12	27	40	05	00	43	06	00
JUNHO	19	27	02	43	02	00	47	00	00
AGOSTO	16	30	00	41	05	00	47	01	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	24	21	5	34	11	0	39	5	0
JUNHO	29	18	1	40	4	0	41	1	0

Tabela 3. Lê palavras formadas por diferentes estruturas silábicas.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	00	06	45	38	06	01	24	23	02
JUNHO	14	30	04	39	06	00	38	09	00
AGOSTO	16	28	02	42	44	00	40	08	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	15	10	25	30	11	4	35	6	3
JUNHO	13	24	11	34	10	0	36	6	0

Tabela 4. Lê textos de gêneros e temáticas familiares em voz alta.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	00	01	50	34	07	04	23	23	03
JUNHO	03	32	13	36	07	02	37	10	00
AGOSTO	14	24	08	38	06	02	36	12	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	12	7	31	30	11	4	35	1	8
JUNHO	3	28	17	35	9	0	35	1	6

Tabela 5. Diferencia letras de números e outros símbolos.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	44	01	06	45	00	00	35	14	00
JUNHO	29	16	03	45	00	00	45	02	00
AGOSTO	44	02	00	46	00	00	46	02	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	23	20	7	45	0	0	41	2	1
JUNHO	39	7	2	44	0	0	40	1	1

Tabela 6. Utiliza letras na escrita das palavras.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	42	05	04	45	00	00	49	00	00
JUNHO	17	19	12	45	00	00	47	00	00
AGOSTO	40	05	01	46	00	00	48	00	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	28	18	4	45	0	0	41	2	1
JUNHO	45	3	0	44	0	0	40	2	0

Tabela 7. Escreve palavras estabelecendo algumas correspondências entre letras e seu valor sonoro, mesmo omitindo, mudando a ordem ou trocando letras.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	14	09	28	40	04	01	27	16	06
JUNHO	19	23	06	43	02	00	41	06	00
AGOSTO	31	12	03	43	03	00	40	08	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	20	24	6	37	6	2	39	4	1
JUNHO	21	21	6	39	5	0	40	2	0

Tabela 8. Escreve palavras com diferentes estruturas silábicas, atendendo a algumas convenções ortográficas.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	01	00	50	34	08	03	27	16	06
JUNHO	01	34	13	38	06	01	38	09	00
AGOSTO	10	29	07	37	09	00	40	08	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	19	25	6	32	13	0	35	4	5
JUNHO	12	27	9	35	9	0	36	6	0

Tabela 9. Produz textos escritos de gêneros, temáticas e vocabulários familiares.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	00	00	51	32	08	05	22	24	03
JUNHO	01	31	16	35	07	03	36	11	00
AGOSTO	03	34	09	41	04	01	37	11	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	12	4	34	31	7	7	35	6	3
JUNHO	5	21	22	36	8	0	36	5	1

Tabela 10. Participa de situações produzindo e compreendendo textos orais de gêneros e temas familiares.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	17	00	34	41	02	02	27	16	06
JUNHO	09	32	07	42	02	01	37	10	00
AGOSTO	05	37	04	46	00	00	37	11	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	24	26	0	31	8	6	41	2	1
JUNHO	13	28	7	36	8	0	40	1	1

Tabela 11. Compreende textos de gêneros, temáticas e vocabulários familiares.

2013	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	00	13	37	41	02	02	25	18	06
JUNHO	01	37	10	42	02	01	40	07	00
AGOSTO	02	32	12	46	00	00	38	10	00
2014	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO	SIM	PARC.	NÃO
MARÇO	12	24	14	31	8	6	34	7	3
JUNHO	0	30	18	36	8	0	35	6	1

Resultados

Com os diagnósticos recebidos dos professores, realizamos a análise quantitativa dos resultados. Para a realização dessa pesquisa foram elencadas algumas perguntas, baseado nas “análises linguísticas: apropriação do Sistema de Escrita Alfabética” dos cadernos do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (Brasil, 2012, p. 37), que foram analisadas individualmente por mês e turma, mostrando assim os avanços e retrocessos motivados por transferências recebidas e expedidas, uma vez que estas repercutem diretamente na turma envolvida.

É evidente a partir da análise comparativa das tabelas (por ano) o avanço no desenvolvimento dos alunos na construção do Sistema de Escrita Alfabética. Portanto, o que vem sendo

desenvolvido na escola, tem atingido as metas propostas pelo PNE, tanto que, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola parte de 5.4 em 2011, antes do início do PNAIC, para 6.2 no ano de 2013. Vemos através destes dados, o quanto a escola tem avançado no compromisso estabelecido entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Estes resultados, se devem, ao esforço pessoal de cada professor e a sua participação no PNAIC, firmando assim, um nítido compromisso destes educadores com a educação escolar dos alunos, mostrando a competência e qualidade de suas práticas.

Os diagnósticos apresentados foram de suma importância na estabilização e construção do SEA. É através deste tipo de ferramenta de avaliação que o professor, enquanto profissional engajado em sua

prática docente, calcado no conhecimento científico (teórico), e enquanto mediador do conhecimento, precisa realizar como suporte estatístico e, também, como um meio de auto avaliação da sua prática docente com intuito de visar, sempre, a construção de conhecimento e de habilidades de seus alunos.

Observação

A oscilação dos resultados das turmas de primeiro ano em 2013 justifica-se pelo recebimento e saída de alunos. Uma vez que em alguns meses recebemos alunos vindos de outros municípios. Observamos que há diferenças nos níveis de aprendizagem dos estudantes. Parte dos alunos recebidos por transferências demonstraram dificuldades em acompanhar as atividades que estavam sendo desenvolvidas. Isto evidencia uma diversidade e dissonância em relação aos direitos da aprendizagem previstos nas metas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Referências

BRAGGIO, S.L.B. **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Dez. 1996.

BRASIL. *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional*. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. - - Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71**. Brasília: 1971

BURIASCO, L. C.; SOARES, M. T. C. S. **Avaliação de sistemas escolares: da classificação dos alunos à perspectiva de análise de sua produção matemática**. In VALENTE, W. R. *Avaliação Matemática: história e perspectivas atuais*. Campinas: Papirus, 2008.

CRUZ, M.C.S.; ALBUQUERQUE, E.B.C. de. **A complexidade da aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética: ampliação do tempo para a consolidação da leitura e da escrita pela criança**. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem: ano 2: unidade 1** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. Cortez Editora, São Paulo, 2005, 17ª edição, 180 páginas. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/pla>

nejamentoavaliacao/avaliacao/cipriano-carlos-luckesi-424733.shtml> acessado em 04 de Abril de 2015.

Ministério da educação. **O PNE 2011-2020: METAS E ESTRATÉGIAS.** Disponível em:<http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acessado em: 10 de Abril de 2015.

REIS, M.dos. **Efeito das reformas educacionais na formação e atuação professores da área de ciências humanas.** 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/58/229>>. Acessado em: 12 de Abril de 2015.

Recebido em: 07/07/2015

Aceito em: 11/04/2016